

**“HÁ TREVAS NAS CELAS, HÁ TREVAS NOS CAMPOS”<sup>1</sup>:****A violência contra as presas políticas em Pernambuco nos primeiros anos da ditadura militar<sup>2</sup>**Ms. Thayana de Oliveira Santos<sup>3</sup>**Resumo:**

Este artigo tem por objetivo analisar como se deu a repressão às mulheres militantes de esquerda que foram presas na Casa de Detenção do Recife (CDR), logo após o golpe militar.

**Palavras-chave:** violência; presas políticas; Pernambuco; ditadura militar.

**Abstract:**

This article aims to analyze how has the repression of leftists women who were arrested in Recife Detention House, soon after the military coup.

**Keywords:** violence; arrested activists; Pernambuco; military dictatorship.

**Pernambuco às vésperas do golpe**

Durante os anos de 1960, o Brasil e o mundo viveram um período de intensa mobilização social. Diversos setores da sociedade brasileira participavam ativamente do processo político, defendendo seus respectivos projetos para o país. Em Pernambuco, estado considerado o principal ponto de concentração das esquerdas, segundo Fernando Coelho (2004), a atmosfera política não era diferente.

Ainda na década de 1950, quando da primeira eleição direta para a Prefeitura do Recife, em 1955, as forças políticas progressistas lançaram o nome de Pelópidas da Silveira para o executivo municipal, em oposição à candidatura de Paulo Germano Magalhães, filho de Agamenon Magalhães, líder político do Partido Social Democrata (PSD) que fora interventor durante a ditadura do Estado Novo e que, mesmo após sua morte, ainda era a “figura central do processo político”<sup>4</sup> de então, como enfatizou Dulce Pandolfi. Contudo, a aliança política dos setores progressistas, denominada “Frente do Recife”, composta por Partido Socialista Brasileiro (PSB),

<sup>1</sup> Trecho de poesia de Maria Celeste Vidal, intitulada “*Raio Leste*”, setor da Casa de Detenção do Recife onde a mesma ficou presa entre 1964 e 1965.

<sup>2</sup> Este artigo é parte da dissertação intitulada: ***As mulheres do Raio Leste: As presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967)***, defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2016, sob orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro de Abreu e Lima.

<sup>3</sup> Mestra em História pela UFPE. E-mail: thayanasantos@gmail.com

<sup>4</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Massangana, 1984, p. 175.

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista Brasileiro (PCB),<sup>5</sup> com apoio de alguns udenistas, venceu as eleições e protagonizou a primeira derrota do PSD, dando início a um período de mudanças significativas na, até então, hegemonia pessedista no estado. A derrota também foi sentida na Câmara de Vereadores, uma vez que o PSD ficou em décimo lugar na votação por legenda.<sup>6</sup>

Posteriormente, o PSD sofreu mais duas significativas derrotas políticas em Pernambuco. Nas eleições de 1958, as “Oposições Unidas”, composta pelo PTB, PSB, PST e UDN, lançaram o nome de Cid Sampaio ao governo do estado, tendo como vice, o então prefeito do Recife, Pelópidas Silveira. A vitória de Cid Sampaio representou a derrota da “oligarquia pessedista”.

Para Dulce Pandolfi (1984) foi “um dos momentos mais significativos da história política de Pernambuco: após mais de nove anos consecutivos de dominação, a elite conservadora estadonovista havia perdido o controle do poder no Estado”. Contudo, de acordo com a mesma autora, a unidade inicial não foi suficiente para que a oposição seguisse coesa, uma vez que as contradições inerentes a uma frente que abarcava os comunistas, socialistas, trabalhistas, liberais etc., não conseguiram manter o bloco hegemônico. Durante o início do governo de Cid Sampaio, “as Oposições Unidas não conseguem se manter unidas”.<sup>7</sup>

A terceira derrota da oligarquia pessedista no estado ocorreu um ano após a vitória das “Oposições Unidas”, quando Miguel Arraes venceu as eleições para a Prefeitura do Recife com mais de 25 mil votos de vantagem. Segundo Dulce Pandolfi, “diferentemente de Cid Sampaio, Arraes não era um homem das classes produtoras, e sua aliança com os setores mais comprometidos com o movimento popular já se fazia notar. A indicação de Arraes não agradava o governador pernambucano”;<sup>8</sup> entretanto, seguindo a sugestão de Pelópidas, Cid Sampaio comunicou, em reunião com comerciantes e industriais, seu apoio a Arraes e à Frente do Recife, o que foi fundamental para a sua vitória. Após ser eleito, Miguel Arraes se afastou de Cid Sampaio, contudo a oficialização da ruptura só ocorreu em janeiro de 1962.<sup>9</sup>

---

<sup>5</sup> O Partido Comunista Brasileiro teve seus direitos políticos cassados em 1947, pelo então presidente da República o general Eurico Gaspar Dutra. Contudo, mesmo na ilegalidade, o PCB seguiu atuando no cenário político brasileiro.

<sup>6</sup> Idem, p. 177.

<sup>7</sup> Idem, p. 194.

<sup>8</sup> Idem, p. 201.

<sup>9</sup> ROZOWIKWIAT, Maria Tereza Gondim. **Arraes**: duas mãos e o sentimento do mundo. In: CLIO. *Revista de Pesquisa Histórica*. N. 22, 2004/ Programa de Pós-graduação em História/ Universidade

Segundo o professor Manuel Correia de Andrade,

Como prefeito, Arraes fez uma administração renovadora apesar das divergências com o governo do estado e da oposição dos setores mais conservadores de Recife. Entretanto, ele desenvolveu uma administração popular, preocupando-se com os problemas de educação, de cultura, de saúde e de habitação.<sup>10</sup>

Na Prefeitura, Miguel Arraes desenvolveu diversos projetos que caracterizaram a sua gestão como popular.<sup>11</sup> A ampliação do sistema de abastecimento de água e o aumento da rede de esgotos, fornecimento de energia elétrica, construção de chafarizes, etc., foram uma marca de sua gestão.<sup>12</sup> No que se refere à educação, criou o Movimento de Cultura Popular (MCP), que se tornou a grande marca de seu governo. Esse projeto tinha como objetivo a alfabetização da população através da convocação de voluntários, em especial estudantes, sob a coordenação de Anita Paes Barreto que, através de uma Cartilha Popular, de acordo com o método de Paulo Freire, desenvolviam o projeto de alfabetização.

Conforme destacou Andrade,

ao mesmo tempo que o MCP trabalhava com a educação e o ensino básico se preocupava também com a revitalização da cultura popular, tanto de origem europeia, como indígena e africana, valorizando-as e demonstrando que o Brasil não era um país europeu, de civilização europeia, mas também um país indígena e africano.<sup>13</sup>

De acordo com Maria Tereza Rozowikwiat, o MCP agregou intelectuais, artistas, educadores e pessoas das mais diversas tendências políticas, de liberais e representantes da Igreja, à integrantes da Ação Popular (AP) e PCB. O seu modelo de educação estava na contramão do modelo tradicional, “privilegiando as necessidades reais da população, valorizando o universo cotidiano e a criação de uma consciência política.”<sup>14</sup>

Componentes do Diretório Municipal de Recife do Partido Comunista Brasileiro participava do MCP, onde criaram um grupo de poesia que, “acompanhados

---

Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004 Clio.

<sup>10</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **O golpe de 64 e a trajetória política de Arraes.** In: CLIO. *Revista de Pesquisa Histórica*. N. 22, 2004/ Programa de Pós-graduação em História/ Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004 Clio.

<sup>11</sup> A visão de que o governo de Miguel Arraes era popular não é consenso na historiografia. Há interpretações de que aquele era um governo populista. Ver: SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo Arraes: nacionalismo em crise (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

<sup>12</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **O golpe de 64 e a trajetória política de Arraes.** Op. Cit.

<sup>13</sup> Idem, p. 40.

<sup>14</sup> ROZOWIKWIAT, Maria Tereza Gondim. **Arraes: duas mãos e o sentimento do mundo.** Op. Cit., p. 71.

pela orquestra do maestro Geraldo Menutti”, subia aos morros da cidade. O grupo era formado por Graziela Moura Cavalcanti - que como veremos adiante, após o golpe de 1964 foi presa e levada à Casa de Detenção do Recife (CDR) com seu marido e também militante do PCB, Gilvan Cavalcanti de Melo -, Moema e Magnólia Cavalcanti, filhas de Paulo Cavalcanti, Rivadávia Correia, Liana Aureliano, Joacir de Castro, David Hulack, Marcelo Mário de Melo, Oswaldo Coelho, entre outros.<sup>15</sup>

A política habitacional também foi inovada durante a gestão de Arraes na Prefeitura do Recife. Para ele “as casas populares deviam ser construídas pelos seus futuros habitantes” e não “aquelas casas planejadas em gabinetes fechados por pessoas de classe social mais abastada”. Desta forma, o governo chamava os(as) trabalhadores(as) para decidirem sobre questões do seu interesse, isso tinha uma dimensão política e simbólica gigantesca. Até então eles não só não tinham seus direitos plenamente garantidos, como não eram chamados a participar das decisões políticas. Estava em curso, sem sombra de dúvidas, uma nova forma de enxergar a participação dos(as) trabalhadores(as) no projeto da cidade.

As eleições presidenciais de 1960 e o apoio de Arraes à chapa encabeçada pelo Marechal Lott tendo como vice João Goulart, afastou ainda mais Arraes de Cid Sampaio, que estava ao lado de Jânio Quadros. Mesmo após a derrota de Lott, Arraes não teve seu prestígio político abalado. Segundo Manuel Correia, “a administração de Arraes na Prefeitura credenciou-o a ser o candidato a governador em 1962, enfrentando mais uma vez o engenheiro João Cleofas, apoiado pelo governador Cid Sampaio”.<sup>16</sup>

Após a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, Arraes passou a buscar respaldo político deste e de seu partido, o PTB, tendo em vista que os projetos de ambos convergiam mais do que divergiam. Segundo Maria Tereza Rozowikwiat (2006), Arraes teve seu apoio conquistado quando dois mil trabalhadores enviaram um documento a João Goulart referendando o seu nome para disputar o governo de Pernambuco nas eleições de 1962.

Nesta eleição, muito disputada, Miguel Arraes foi eleito governador de Pernambuco. De acordo com Dulce Pandolfi (1984), a campanha se deu em um clima de muita agitação e polarização entre Arraes e João Cleofas. Miguel Arraes venceu a disputa com uma margem muito pequena de votos, pouco mais de dez mil, que garantiram sua vitória diante do representante da UDN. O PSD, após longo debate

<sup>15</sup> MELO, Graziela. **Crônica, contos e poemas**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2008.

<sup>16</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **O golpe de 64 e a trajetória política de Arraes**. Op. Cit., p. 41.

interno, acabou adotando três direções no processo eleitoral. O grupo liderado por Etelvino Lins apoiou João Cleofas; o setor liderado por Paulo Guerra, candidato a vice-governador na chapa de Arraes, se dedicou ao projeto político representado por Arraes e um terceiro grupo apoiou a candidatura de Armando Monteiro Filho.

A campanha da situação, encabeçada por João Cleofas, recebeu financiamento dos setores mais conservadores da sociedade. Vale lembrar que Arraes estava alinhado com João Goulart, que sofria uma forte campanha de desestabilização por parte dos mesmos setores situacionistas de Pernambuco. Assim, nessas eleições, João Cleofas foi beneficiado pelo apoio do complexo IPES/IBAD, que repassava recursos para candidatos que não se alinhavam com o governo Federal.<sup>17</sup>

Durante seu curto governo, de apenas catorze meses, Miguel Arraes tratou a questão social com uma atenção especial. Já em seu discurso de posse tornou-se clara a sua predisposição ao diálogo e à participação popular, fato que a população recifense já havia experimentado quando da sua passagem pelo executivo municipal. O seu governo foi composto pelas forças políticas que o apoiaram e buscou desenvolver um programa avançado e modernizador.<sup>18</sup>

Como destacou Dulce Pandolfi (1984), Miguel Arraes, que havia desempenhado à frente da Prefeitura do Recife um governo voltado para as camadas populares, no governo do estado “fez da massa camponesa a principal beneficiária do seu curto período de governo”.<sup>19</sup> Desta forma, conforme Andrade, o governador decidiu “apoiar as reivindicações dos trabalhadores do campo que exigiam a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963 graças ao projeto de lei do deputado gaúcho Fernando Ferrari”,<sup>20</sup> que garantia aos(as) trabalhadores(as) rurais os mesmos direitos conquistados pelos(as) trabalhadores(as) urbanos(as). Além de assegurar o direito à greve, assegurou, também, o pagamento do salário mínimo aos(as) assalariados(as) agrícolas.

Além disso, Arraes buscou, ainda, dirimir os conflitos de classe neutralizando a ação do aparato policial do Estado. Desta forma, a questão social que, historicamente, era tratada como questão de polícia, passou a ter outro tipo de tratamento e a polícia deixou de ser acionada para reprimir os movimentos sociais no campo, a serviço dos patrões. Segundo Júlio Barros (2013),

<sup>17</sup> Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart...** Op. Cit.

<sup>18</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **O golpe de 64 e a trajetória política de Arraes.** Op. Cit., p. 41.

<sup>19</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães.** Op. Cit., p. 208.

<sup>20</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **O golpe de 64 e a trajetória política de Arraes.** Op. Cit.

para dar início ao projeto de mudanças, os cargos de secretário de Segurança Pública e comandante da polícia militar foram entregues a pessoas não nascidas, e que também não tiveram suas carreiras desenvolvidas, em Pernambuco. [...] Muito provavelmente, por querer imprimir um modelo de gestão que, de algum modo, se distanciasse dos poderes locais exercidos pelas grandes proprietários.<sup>21</sup>

Em lugar da polícia, passou a atuar no campo, para mediar os conflitos de classe, a Secretaria Assistente que, embora criada no governo de Cid Sampaio, teve sua atuação intensificada durante o governo de Miguel Arraes. A Secretaria Assistente fundou diversos núcleos que atuavam em várias cidades do interior, denominado ‘delegacia’, que buscavam intermediar os conflitos entre camponeses e patrões. Esta foi “uma maneira que o governo encontrou de atuar no meio rural, indo direto aos engenhos, dirimindo dúvidas, marcando presença, buscando soluções, preocupado, inclusive, no sentido de garantir condições de governabilidade”,<sup>22</sup> o que nem sempre era exitoso, uma vez que os proprietários eram “pouco sensíveis às reclamações dos trabalhadores”.<sup>23</sup> Mesmo assim, a Secretaria Assistente, onde atuava de maneira expressiva o PCB, buscava orientar o movimento camponês. Vale ressaltar que, à época, as principais forças políticas presentes no campo eram as Ligas Camponesas, sob liderança de Francisco Julião, o PCB, que era mais ligado ao governo, atuando, inclusive, na Secretaria Assistente e a Igreja Católica.

Além dos trabalhadores rurais, que tiveram grande relevância política durante o governo de Miguel Arraes, diversos segmentos da sociedade se organizavam politicamente e participavam da ampla frente de mobilização popular. Entre esses segmentos estavam as mulheres que, através de suas Ligas e Federações, participavam de forma efetiva do momento político. A participação feminina, contudo, inseria-se no contexto das reivindicações das classes trabalhadoras e não questionavam, ainda, sua posição enquanto mulher na sociedade, com um viés de igualdade de gênero, embora buscassem ampliar seus direitos. Toda essa efervescência política, contudo, foi interrompida bruscamente através de um golpe de Estado, em 1964, desfechado por

<sup>21</sup> BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2013, p. 87.

<sup>22</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Sindicalismo Rural em Pernambuco nos anos 60: Lutas e repressão**. In: CLIO. *Revista de Pesquisa Histórica*. N. 22, 2004/ Programa de Pós-graduação em História/ Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004, p. 194.

<sup>23</sup> Idem, p. 194.

militares de direita, com o apoio de setores empresariais ligados ao capital internacional e com o aval dos Estados Unidos da América.

Todas essas atividades políticas foram violentamente abortadas mediante o golpe militar de primeiro de abril 1964, que impediu a continuação das atividades desempenhadas pelas entidades populares que tivessem alguma relação com as organizações políticas de esquerda. Imediatamente após o golpe, mulheres e homens tiveram sua liberdade cerceada por serem identificados como “inimigos internos” do regime, foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional que, como destaca Enrique Padrós, associou o “subversivo” ao “comunismo” e tal associação e enquadramento era o suficiente para que aquelas pessoas passassem a sofrer todo tipo de violência promovida pela ditadura militar, durante os vinte e um anos em que esta se impôs.

### **O início do golpe e a violência contra a mulher militante**

Durante a ditadura militar, a tortura de presas(os) políticas(os) foi uma prática corriqueira nos porões dos DOPS, delegacias e quartéis, nas diversas regiões do país. Segundo a historiadora Marcília Gama da Silva,

A tortura se inscreve como espaço da absoluta materialização do estado de exceção e conseqüente criação de um vácuo em que o ser humano se depara com o poder limite/soberano, aquele que investe, se exerce e se concretiza no direito de decidir sobre a vida e a morte das pessoas.<sup>24</sup>

A tortura foi a principal relação estabelecida entre a mulher, militante política, e a repressão. Como destacou Ana Colling (1997), “docilizar o corpo da mulher para sujeitá-lo, fragilizá-lo, para que ela entendesse sua posição de inferioridade absoluta ao poder instituído, são os objetivos fundamentais da tortura”. Fazê-las entender que eram desviantes, já que o espaço público era “masculino por excelência”, assim, as mulheres incorriam em dois crimes: “o de lutar juntamente com os homens e o de ousar sair do espaço privado, a ela destinado historicamente”, o lar.<sup>25</sup>

Em Pernambuco, as mulheres que foram encaminhadas à Casa de Detenção do Recife, já sofreram uma violência simbólica brutal, uma vez que aquele presídio era masculino. Ademais, muitas delas ainda sofreram a violência física da tortura. Tais práticas colocam Pernambuco como um dos estados com “maior incidência de

<sup>24</sup> SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora da UFPE, 2014, p. 262,

<sup>25</sup> COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos: 1997, p. 80.

torturados, mortos e desaparecidos”, como destacou Silva (2014, p. 291). É possível identificar as torturas praticadas contra as presas nos próprios documentos oficiais, tanto da DOPS, quanto da CDR. Um olhar atencioso é capaz de identificar as contradições, as ausências e o cruzamento de fontes, mostram as “coincidências” entre uma saída de uma detenta, sob escolta da Delegacia Auxiliar, para prestar depoimentos e logo após a sua volta, algum encaminhamento ao serviço médico, ou até mesmo, uma denúncia mais explícita, registrado nos autos processuais, como foi o caso da médica e professora universitária, Naíde Teodósio, que denunciou, durante seu julgamento no Tribunal de Justiça de Pernambuco, as torturas que sofreu.

Seis mulheres foram encaminhadas à CDR, tão logo deu-se o golpe. Há o registro oficial, através do Prontuário Individual, de cinco destas mulheres figurando-as como detentas da CDR. Embora o ofício da Delegacia Auxiliar encaminhasse Maria Celeste Vidal, Naíde Teodósio e Maria Augusta Oliveira, apenas os prontuários das duas primeiras foram localizados. Na DOPS há uma cópia de um depoimentos prestado por Maria Augusta nas dependências da CDR, o que evidencia que a mesma também se encontrava no mesmo presídio.

**Maria Augusta** era natural da Paraíba e foi uma das articuladoras do PCB em seu estado, chegando a ocupar a direção estadual desta organização. Após as eleições de 1946, quando esteve candidata a vereadora, mudou-se para o Recife e casou-se com David Capistrano, importante dirigente do PCB. Junto com Maria Augusta, David Capistrano Filho, menor de idade, também foi preso. Mãe e filho foram separados após ela ter sido encaminhada para a CDR, onde ficou incomunicável. David Filho foi levado ao quartel da 7ª Região Militar, junto a outros presos políticos adultos.

Em julho de 1964, chega à CDR **Luiza Arcoverde**. Ligada à Igreja Católica na cidade de Pesqueira, interior de Pernambuco, foi acusada de participar de uma “invasão” de engenho na região, embora não haja indícios de sua participação ativa em nenhum movimento político à época. De acordo com a documentação da DOPS, Luiza chegou a ser acusada de ter ido a Cuba e ser ligada a Francisco Julião e Gregório Bezerra, tais acusações são feitas pelo Juiz da Comarca de Pesqueira. Em sua defesa, Luiza Arcoverde escreve uma carta ao coronel do Exército Hélio Ibiapina, em que pede por sua liberdade e diz que sua prisão foi responsabilidade do juiz, que também era seu parente. Luiza consegue Habeas Corpus em outubro daquele mesmo ano.

**Célia Lima**, ou Eva Laci Camargo Martins, chegou à CDR em 30 de abril de 1964. Natural de Porto Alegre, Célia foi presa no estado da Guanabara em 1962, acusada de transportar armas de guerra. Após a sua soltura, mudou-se para o Recife, onde assumiria o cargo de Padre Alípio, no Conselho Nacional das Ligas Camponesas, fato que não se concretizou, visto que os militares tomaram o poder antes da data prevista para a sua apresentação oficial e Célia fora presa, juntamente com Clodomir Moraes, seu companheiro e um dos líderes das Ligas, em 01 de abril de 1964. De acordo com Mércia de Albuquerque - advogada de diversos presos políticos pernambucanos durante a ditadura, entre eles, o líder comunista Gregório Bezerra -, Célia Lima e Maria Celeste foram bastante torturadas. Tendo sido Célia Lima mais torturada que o próprio Clodomir Moraes.

**Maria Celeste Vidal** foi uma professora e líder das Ligas Camponesas, responsável pela ocupação dos engenhos de açúcar da região e uma das líderes da resistência ao golpe em Pernambuco, após convocar os trabalhadores e trabalhadoras rurais da região de Vitória de Santo Antão para seguirem para o Recife, defender o então governador Miguel Arraes de Alencar, que estava sendo preso pelo Exército no Palácio do Campo das Princesas, sede do governo do estado, na capital pernambucana.

Segundo Mércia de Albuquerque, Maria Celeste foi presa e encaminhada para o Recife

conduzida na carroceria de um caminhão aonde foi estuprada várias vezes, entregue no IV Exército, sendo ali torturada, e apresentada a Gregório Bezerra, com chacoas, posteriormente levada a Secretaria de Segurança Pública, naquele local teve as partes pudendas queimadas com ponta de cigarro, as coxas perfuradas com agulhas de *crochet*. Quando fui visitá-la acabava de ser esbofetada por Moacir Sales.<sup>26</sup>

A declaração da advogada Mércia de Albuquerque é suficiente para deixar claro que a violência estava na gênese da ditadura, sendo uma prática inerente ao novo tipo de governo, apesar de não ter surgido a partir dele.

A forma violenta com que foram recebidos os estudantes em passeata pelas ruas do Recife, em 01 de abril de 1964, que protestavam contra o golpe e a prisão de Miguel Arraes, culminando com a morte dos estudantes Jonas José de Albuquerque Barros, secundarista do Ginásio Pernambucano, e Ivan Rocha Aguiar, estudante recém aprovado para o curso de engenharia da Escola de Engenharia de Pernambuco, bem

<sup>26</sup> Declaração da advogada Mércia de Albuquerque, sem data. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/juridica/declaracoes/09\\_mariaceleste.htm](http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/juridica/declaracoes/09_mariaceleste.htm)

como as torturas cometidas em via pública contra Gregório Bezerra e a violência que se abateu contra Maria Celeste no ato de sua prisão em Vitória de Santo Antão, deixam claro que a violência era indiscriminadamente aplicada porque era institucional.

Sobre essa questão, Carlos Fico (2014) alerta para o poder dos mitos na História do nosso país, segundo o qual as transformações políticas ocorreram sem derramamento de sangue. Desta forma, tanto o golpe de 1964, como a Independência e a Proclamação da República, entre outros eventos, teriam ocorrido sem violências, uma vez que,

o mito da história incruenta encobre a versão apaziguadora de que, no Brasil, o golpe de 1964 e a ditadura militar não foram tão violentos como, por exemplo, seus correlatos argentinos. [...] Assim como o golpe foi violento, ele também contou com o apoio da sociedade [...]. Essas duas questões se inter-relacionam: para os que apoiaram a derrubada de Goulart, deve ser tranquilizador supor que não houve violência. Mas houve violência e apoio.<sup>27</sup>

Gregório Bezerra, líder camponês da região da Zona da Mata Sul e dirigente do PCB, foi preso e arrastado pelas ruas do Recife, em 02 de abril de 1964. A violência contra ele atingiu limites inimagináveis. Quando se deu o golpe, em 01 de abril, ele se encontrava reunido com “mais de oitenta militantes do partido e delegados sindicais de Palmares”<sup>28</sup> para discutir medidas a serem tomadas. Foi decidido parar o trabalho em todos os engenhos e usinas da região e convocar os trabalhadores, ficando ele encarregado de tentar, junto ao governo estadual, conseguir armamento que garantisse a resistência.

Ao chegar ao Recife e constatar a prisão de Miguel Arraes, Gregório regressou a Palmares, mas encontrou a cidade tomada pelo 20º Batalhão de Caçadores. No Sindicato de Ribeirão, “mais de duzentos trabalhadores” esperavam as armas que ele tinha ido buscar. As circunstâncias não permitiram que houvesse uma resistência capaz de se sobrepôr à força militar, mas os(as) trabalhadores(as) não ficaram passivos(as) quanto aos acontecimentos e, mesmo não conseguindo as armas necessárias, houve uma tentativa de articulação que não deve ser desmerecida. Gregório Bezerra foi preso e arrastado pelas ruas de Casa Forte, bairro de classe média do Recife, onde a população assistia às violências cometidas contra o comunista.

<sup>27</sup> FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 60.

<sup>28</sup> BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 528. Ver também entrevista de Gregório Bezerra. In: MORAES, Dênis. **A Esquerda e o golpe de 64**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 236.

Também na cidade de Caruaru, Agreste do estado, houve uma articulação para a resistência ao golpe. Segundo Erinaldo Cavalcanti, na noite de 31 de março,

as principais lideranças políticas das esquerdas em Caruaru começaram a se contatar após a chegada da informação de que um golpe de Estado se encontrava em marcha no país. Decidiram se encontrar na delegacia local, por contarem com um telefone em suas instalações e com o apoio do delegado Severino de Souza Ferraz.<sup>29</sup>

As ações em Caruaru, contaram, também, com o apoio de parte da polícia local, a delegacia e a estação ferroviária foram ocupadas, soldados armados distribuídos em pontos estratégicos da cidade. A resistência começou a ser desarticulada com a chegada da notícia da prisão de Miguel Arraes, no dia seguinte, uma vez que eles esperavam a chegada de apoio vinda da capital.

Segundo Fernando Coelho (2004), dos líderes comunistas de maior expressão, somente Gregório Bezerra foi preso imediatamente após o golpe. Para ele “a repressão inicial atingiu, principalmente, os líderes dos movimentos populares e sindicais, a universidade e a chamada esquerda católica, além de políticos ligados ao governo deposto”.<sup>30</sup> Em Pernambuco, essa repressão se mostrou mais violenta e generalizada, uma vez que

Sua execução não coube apenas às Forças Armadas, à Polícia Militar e à Polícia Civil – como na maioria dos Estados. Ao lado delas, recebendo seu apoio mas agindo de forma independente, bandos civis armados por adversários de Miguel Arraes, alguns usineiros e senhores de engenho, ajudaram a espalhar o terror na zona da mata – onde as mudanças haviam sido mais profundas e a radicalização atingiu maior intensidade.<sup>31</sup>

Colocar na mesma sala Gregório Bezerra e Maria Celeste, como relatou ter acontecido Mércia de Albuquerque, tem um significado implícito que merece ser destacado. Ambos representam a luta por melhores condições de vida das classes trabalhadoras, principalmente dos(as) trabalhadores(as) rurais, que não tinham todos os seus direitos assegurados pela Constituição e que, com a chegada de Miguel Arraes ao governo, este passou a dar mais atenção ao campo. Se antes os proprietários tinham, além de seus jagunços, a polícia a serviço de seus interesses, a partir de então, a polícia foi orientada, pelo governo, a não intervir nos problemas trabalhistas, mas sim, contribuir com a fiscalização e o cumprimento da legislação. O que explica a violência

<sup>29</sup> CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena:** a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE - 1960-1968). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2015, p. 119.

<sup>30</sup> COELHO, Fernando. **Direita volver:** O Golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004. Nota explicativa nº 02, p. 189.

<sup>31</sup> Idem.

desmedida, tão logo deu-se o golpe, contra aqueles identificados como líderes dos camponeses.

Mais do que atuarem politicamente no campo, Maria Celeste e Gregório Bezerra tentaram organizar a resistência ao golpe. Portanto, a prisão destes dois líderes tinha um duplo sentido, puni-los pela militância e pela tentativa de resistência a um golpe que era bradado pelos seus executores como um ato conclamado pela população. Maria Celeste e Gregório Bezerra desnudaram, com as suas ações, o pretenso “apoio” da sociedade ao golpe. Ela, que tomou a rádio local de Vitória de Santo Antão para convocar os camponeses a defenderem Miguel Arraes e conseguiu arregimentar algumas centenas e ele, que foi a Palmares organizar a resistência junto aos camponeses da região.

Cabe, portanto, destacar que houve, em Pernambuco, uma parcela da população resistindo ao golpe. Assim como houve quem o apoiou. Generalizar um pretenso apoio aos golpistas é, como definiu Eduardo Galeano, uma tentativa da direita em se absolver de suas ações.<sup>32</sup>

As ações violentas contra essas lideranças foram implacáveis. As sequelas das torturas em Maria Celeste foram várias. Segundo seu filho,<sup>33</sup> que passou meses até conseguir visitá-la, o que se confirma através de um ofício da Delegacia Auxiliar, datado de 07 de julho (mais de três meses após a sua prisão), autorizando a visita de seus familiares duas vezes por semana, a magreza da mãe foi o que mais chamou sua atenção. Percebeu que a mesma usava várias meias para esconder as marcas das torturas. Maria Celeste, segundo ele, foi torturada pelo coronel do Exército Darcy Ursmar Villocq Vianna, o mesmo que torturou Gregório Bezerra.

Quando trazida de Vitória de Santo Antão, foi levada à Secretaria de Segurança Pública, onde este coronel teria perguntado se “esta era a rapariga de Arraes”, ao que Celeste respondeu com um cuspe no rosto de seu algoz. Seu ato - mais um - de coragem lhe rendeu uma passagem por um corredor polonês. A desqualificação moral de mulheres militantes também foi observada por Ana Colling (1997). Segundo esta autora, “a constituição do sujeito político feminino pelos órgãos de repressão é uma tentativa de desconstrução do sujeito político autônomo, enquadrando a mulher militante como apêndice dos homens, incapaz de decisão política”.

<sup>32</sup> GALEANO, Eduardo. **Dias e noites de amor e de guerra**. Op. Cit., p. 151.

<sup>33</sup> Depoimento prestado ao **Diário de Pernambuco**. Edição Especial dos 50 anos do golpe, em 01/04/2014.

No caso de Maria Celeste, observamos algumas referências a ela como “o braço direito de Julião”, minimizando a sua autonomia política, associando-a a uma figura masculina, bem como a tentativa de sugerir que a mesma mantinha um caso extraconjugal com Luiz Serafim, outro líder das Ligas Camponesas. O que torna evidente que “para a repressão militar a mulher ‘subversiva’ é um sujeito desviante que participa da política de oposição ao regime militar, acompanhando homem ou à procura de homem”.<sup>34</sup>

A tentativa de desconstrução do sujeito político feminino se clarifica na expressão usada pela repressão para caracterizar a militante: ‘puta comunista’. A mulher é enquadrada em duas categorias problemáticas e desviantes – prostituta e comunista – na tentativa de ser desmerecida e desrespeitada como sujeito político.<sup>35</sup>

Maria Celeste também foi levada, em uma jaula, para uma festa no bairro de Casa Forte, a pedido da esposa de um militar, que gostaria de “conhecer uma comunista”. Seu filho contou que a mesma escondia as violências que sofreu. Ela, que tocava violão e cantava muito bem, ficou com problemas auditivos. Também tinha uma baixa no crânio, que disfarçava para que seu filho não percebesse. Para ele, sua mãe só não morreu porque tinha um parente na polícia.

Durante o período em que ficou na Casa de Detenção, Maria Celeste foi encaminhada ao serviço médico por três vezes, duas das quais juntamente com Célia Lima. Em 06 de fevereiro de 1965, escreveu ao médico responsável pelo serviço médico da Casa:

Ao sr. Ten. Cel Diretor  
Existe problemas oftalmológicos em Maria Celeste Vidal e Célia Lima. Não temos a menor possibilidade de aquilatar a extensão patológica da queixa. O oculista aqui chegando creio que pouco poderá fazer, tendo em vista a falta de instrumental.  
Sugiro então que sejam as mesmas conduzidas a presença de especialista no Hosp[ital] Osvaldo Cruz ou da Força Policial, após prévio contato com os respectivos diretores.<sup>36</sup>

Quatro dias depois, no Prontuário de Célia Lima, mais uma recomendação médica:

Ao sr. Ten. Cel. Diretor  
Solicito a presença de uma ginecologista para atender Célia Lima que se encontra aqui recolhida e na categoria de política. Idem para Maria Celeste.

<sup>34</sup> COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Op. Cit., p. 111.

<sup>35</sup> Idem, p. 111-112.

<sup>36</sup> Fundo: SSP/CDR/APEJE. Prontuário nº 17117.

Sugiro que o Dr. Waydson, nosso cirurgião, indique o profissional, em virtude de fazer parte de uma clínica no Hospital de Santo Amaro e que também atende clientes do sexo feminino. Solicito urgência.

Em 10 de fevereiro de 1965.<sup>37</sup>

Não há nenhum documento que indique que o atendimento tenha sido feito, embora o diretor da Casa tenha solicitado que a informação fosse repassada para o Secretário do Interior e Justiça.

Cerca de um mês depois da última prescrição médica, encontramos uma carta, escrita pela própria Maria Celeste, com o seguinte teor:

Levo ao conhecimento de V. Sa. Para as devidas providências, que há um mês aproximadamente solicitei ao médico desta, Dr. Valdir, a presença aqui de um médico da Clínica do Câncer para a observação de um carço [sic], junto à clavícula, e como não fui atendida solicito de V. Sa. certa da alta compreensão humana para tais casos; agradeço.

Saudações cordiais

Maria Celeste Vidal Bastos – presa política<sup>38</sup>

Consta um ofício de 16 de março do Diretor da Casa de Detenção ao Diretor da Clínica de Câncer do Recife, apresentando-a aquele nosocômio, com uma observação feita à caneta, que a mesma havia recusado ser escoltada “pelo soldado” designado para acompanhá-la. O que nos faz refletir sobre quais motivos a teria levado a recusar a escolta para uma consulta médica que foi solicitada por ela mesma. Em meio a tanta violência, não seria impossível que o soldado escalado para conduzi-la fosse um dos seus torturadores. Esses documentos podem nos fornecer uma boa dimensão das violências sofridas por Maria Celeste, Célia Lima e todas(os) as(os) opositoras(es) da ditadura militar que, consideradas(os) ‘comunistas’, sendo essa afirmativa verdadeira ou não, estavam sujeitas(os) a toda sorte de violência.

Ainda de acordo com o seu filho, somente quando foi transferida para a prisão feminina do Bom Pastor é que Maria Celeste ficou livre das violências que até então era vítima. De acordo com Débora Duque, as presas políticas daquele presídio ficaram livres de torturas, assim, para elas, serem transferidas para o Bom Pastor era acompanhada de uma sensação de alívio. Contudo, em seu estudo das presas políticas daquela instituição prisional entre 1969 e 1979,<sup>39</sup> a autora afirma que as presas do final da década de 1960 ainda estiveram livres da “tortura física em sua forma mais brutal” e

<sup>37</sup> Fundo: SSP/CDR/APEJE. Prontuário nº 17143.

<sup>38</sup> Carta dirigida ao diretor da CDR, em 12/03/1965. Fundo: SSP/CDR/APEJE. Prontuário nº 17117. Ver anexo 09.

<sup>39</sup> DUQUE, Débora. **Mulheres do Bom Pastor**: história das presas políticas que passaram pelo presídio pernambucano durante o regime militar.

que as mulheres, até este período, “costumavam sair fisicamente ilesas, não sem antes ouvir uma série de barbaridades dos militares”.

Esta é uma concepção corriqueira. Para muitos, a tortura só começou, de fato, a partir da instauração do AI-5, nos chamados “anos de chumbo”, compreendidos entre 1968-1974. Contudo, como vimos, a tortura foi institucionalizada tão logo os militares tomaram o poder. O que houve no decorrer dos anos, foi um aprimoramento da técnica de tortura. Mas ela sempre esteve presente, desde o primeiro dia.

Sobre sua prisão, em requerimento à Secretaria de Educação de Pernambuco, datado de 01 de março de 1998, solicitando sua progressão funcional, Maria Celeste afirmou que foi presa política durante quatro anos, tendo sido “submetida à torturas e violências físicas-morais” nos presídios de Recife. Passando pelo DOPS, onde ficou por dezoito dias sob tutela de Álvaro da Costa Lima; IV Exército, General Justino Alves; na CDR, “todos, mais Fleury, Miranda, Chico Pinote, Coronel Ibiapina, Amarildo, Bandeira”.<sup>40</sup>

Também a médica Naíde Teodósio relatou em depoimento à Justiça, quando do julgamento do processo a que respondeu, as condições de extrema violência a que foi submetida nos cárceres da ditadura. De acordo com depoimento prestado em 17 de agosto de 1964, a sua prisão ocorreu em 12 de abril e

foi efetuada em condições de terrível coação, e durante a mesma prisão, sofreu [...] inominável sequestro da casa de detenção do Recife, por parte da polícia civil, no dia 04 de junho, tendo sido conduzida, não para a Delegacia Auxiliar, como rezava o ofício encaminhado a Casa de Detenção, e sim ao comissariado da Caxangá, onde sofreu os mais abomináveis insultos e ameaças de morte.

Sobre esse episódio, de acordo com Paulo Cavalcanti, Naíde Teodósio e Célia Lima foram levadas juntas para o comissariado de Polícia da Caxangá, a mando do delegado Álvaro de Costa Lima, sob ordem de mantê-las em “rigorosa incomunicabilidade”.<sup>41</sup> Neste ambiente, ela viveu o que Cavalcanti chamou de “uma das mais emocionantes páginas de humanismo”: ao chegar uma mulher em trabalho de parto, pedindo socorro e sob a recusa do soldado em deixá-la sair da cela para realizar o parto da gestante, Naíde Teodósio orientou o policial a realizar o parto. “Nascia um

<sup>40</sup> Fonte: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=REPARA>.

<sup>41</sup> CAVACANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: Memórias Políticas, vol. 2. Recife: Guararapes, 1980.

filho do povo, nas masmorras da ditadura”,<sup>42</sup> posto ao mundo por uma suposta ‘*subversiva altamente perigosa*’.

Os insultos que sofreu naquele comissariado, segundo Naíde Teodósio, foram realizados pelo comissário de nome Moisés. Também na Casa de Detenção o clima era de ameaça e medo. Em entrevista concedida a Eliane Moury Fernandes, ela contou que havia um guarda da CDR que sempre a consultava sobre os problemas do filho, que era excepcional, tratando-lhe, sempre com atenção e delicadeza. “Eu realmente achava que o meu papel era ajudá-lo, como a qualquer outra pessoa que me procurasse”,<sup>43</sup> afirmou.

Obtive muito êxito no sentido de que ao ouvir a minha orientação passava para a esposa em casa e me trazia informações de que realmente as coisas melhoraram em relação a essa criança excepcional. Inclusive orientei todo um esquema para ele, sem dizer que era uma sugestão minha, de que encaminhasse para uma escola de excepcionais.<sup>44</sup>

Certo dia, conversando com a doutora Naíde, o guarda afirmou que

**Graças a Deus não mandavam me matar, porque, se mandassem, me mataria tranquilamente.** Achei muito interessante esse traço da personalidade dele, em ir a fundo do problema. Eu disse: ‘mas o senhor me diga francamente, não teria o mínimo constrangimento? Como o senhor faria para me matar?’ Então ele descreveu tudo como faria, toda a cena: eu dormiria em determinado local; haveria uma vidraça e ele simplesmente me daria um tiro na cabeça, e não se arrependeria. Falei: ‘o senhor não tem um motivo de me querer mau?’[sic] ‘Pelo contrário, só tenho aqui de estimar muito, a senhora foi muito boa para mim nesse tempo todo, muito atenciosa, como prisioneira deu atenção para os guardas, para as autoridades, é uma pessoa educada e isso me comove muito, porque não é comum a gente receber esse tratamento dos presos, mas **eu não teria nenhum constrangimento em mata-la**’. Continuei: ‘por que não teria?’ Me respondeu: ‘porque **eu nunca ia tirar o pão dos meus filhos**’. Então, isso me serviu de lição, de que a vida humana é tão frágil, dependente de tantas circunstâncias, que não valeria muito a pena nós nos angustiarmos com qualquer perspectiva de perder a vida, porque **eu estava à mercê de uma pessoa tão deformada que cumpriria uma ordem fosse ela qual fosse**. Tudo isso representou uma grande lição de vida e não me arrependo de ter passado por isso.<sup>45</sup>

De acordo com o jornalista Márcio Moreira Alves, a primeira referência a torturas foi publicada pelo jornal *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, em 07 de abril de 1964, quando o correspondente do jornal, nesta cidade, enviou um telegrama à redação informando que

<sup>42</sup> Idem, p. 56.

<sup>43</sup> Entrevista concedida a Eliane Moury Fernandes, em 27 de outubro de 1983. FUNDAJ/CEHIBRA.

<sup>44</sup> Entrevista concedida a Eliane Moury Fernandes, em 27 de outubro de 1983. FUNDAJ/CEHIBRA.

Grifos nossos.

<sup>45</sup> Idem.

as autoridades do IV Exército convidaram jornalistas e fotógrafos para uma visita, esta semana, aos quartéis onde se encontram os elementos subversivos detidos após a vitória do movimento revolucionário. Esta atitude pretende por fim à onda de boatos que circula em Recife, segundo a qual diversos agitadores teriam sido mortos e outros torturados pelo Exército.<sup>46</sup>

Contudo, a visita aos quartéis pernambucanos só foi realizada em setembro, quando uma comissão foi instaurada para averiguar as denúncias de torturas que o jornal estava divulgando desde os primeiros dias da ditadura. A comissão visitou a CDR em setembro de 1964 e encontrou, de acordo com Márcio Moreira Alves, uma grande parte dos detentos em liberdade. Nesta circunstância, a maioria, embora lhe tenha confessado as torturas a que foram submetidos, não concordavam em formalizar a denúncia, pois temiam pela sua segurança e de seus familiares.<sup>47</sup>

As notícias concretas de denúncias de tortura foram publicadas em 17 de maio de 1964 e diziam respeito ao ex-delegado Gildo Hios, que estava internado “há três semanas no Hospital do Exército de Recife com os tímpanos rompidos por golpes de telefone”.<sup>48</sup>

Ainda de acordo com o jornalista, o trabalho de denúncia realizado pelo *Correio da Manhã* conseguiu cessar as torturas a partir de junho de 1964. Fato interessante, uma vez que verificamos na documentação pesquisada, que foi a partir desse mês que foram emitidos documentos oficializando, sob a denominação de prisões preventivas, o encarceramento dos presos realizado desde o início da ditadura. Em virtude das denúncias e tendo em vista a visita da comissão, os militares responsáveis pelo estado de horrores que vivia Pernambuco, começaram a dar ares de legalidade ao arbítrio instalado desde abril de 1964. É, inclusive, após a visita da comissão de investigação, que Graziela Cavalcanti de Melo, Luiza Arcoverde e Naíde Teodósio são postas em liberdade. Esta última foi uma das que o jornalista denunciou ao divulgar a “Denúncia coletiva dos presos políticos da Casa de Detenção do Recife”, onde consta que

*A Dra. Naide Teodósio*, professora da Faculdade de Medicina (presos também seu marido, igualmente médico e professor e dois filhos, estudantes de Engenharia), presa desde abril, sofrendo coação de toda ordem na polícia,

<sup>46</sup> ALVES, Mário Moreira. **Torturas e Torturados**. Rio de Janeiro, 1996, p. 30.

<sup>47</sup> A reportagem contendo os relatos obtidos pelo jornalista foi publicada na capa do *Correio da Manhã*, em 20/09/1964. Nela, o jornalista relata que, como foi impedido pelo IV Exército de acompanhar os trabalhos da Comissão de Investigação instaurada para apurar as denúncias de tortura, ele decidiu visitar a CDR em dia de visita e conversar com as(os) presas(os).

<sup>48</sup> ALVES, Mário Moreira. **Torturas e Torturados**. Rio de Janeiro, 1996, p. 33.

com sua casa assaltada e roubada, foi, enfim, sequestrada e conduzida a um comissariado de bairro.<sup>49</sup>

Embora esta denúncia coletiva só revele, explicitamente, a tortura cometida contra Naíde Teodósio, que a esta altura já havia prestado seu depoimento no Tribunal de Justiça e denunciado a forma violenta com que foi tratada, bem como o seu sequestro da Casa de Detenção, é possível identificarmos uma referência a Maria Celeste no seguinte trecho:

Choques elétricos com revólver encostado ao ouvido para arrancar confissões, espancamentos selvagens com fraturas de ossos, costelas e dentes partidos, interrompidos por desmaios e banhos sucessivos, seqüestros e torturas em comissariados de bairros, inclusive de uma professora da Faculdade de Medicina, orelhas cortadas e tentativas de emasculação de camponeses, *pau-de-arara* e *telefones* violentíssimos com inutilização permanente do aparelho auditivo e **casos concretos de defloramentos de “perigosas agitadoras do campo”**.<sup>50</sup>

No relatório da comissão, após a visita às instalações da Casa, e publicado com destaque e na íntegra, pelo *Diário de Pernambuco*, sob o título “*Normal e humano o tratamento aos prêso: denúncias improcedentes*”, concluiu-se que:

Nos fatos alegados pelos presos, quanto às violências sofridas anteriormente, há que considerar, em sua apreciação, que a maioria delas ocorreu no dia mesmo, e nos imediatamente subsequentes à Revolução. É de se observar, então, que os acontecimentos sociais, políticos e militares estiveram sujeitos à própria contingência dos movimentos revolucionários em geral. Sucede em momentos assim, a total e imediata substituição das autoridades, o ciclo de rápida ação militar e a eclosão de toda uma gama de emoções e mesmo, o desencadear de paixões e represálias incoercíveis, quer dos diretamente empenhados nas operações revolucionárias, quer de grupos sociais e políticos interessados na vitória do movimento. Sem esquecer que os elementos afastados do poder, ou com suas tendências político-sociais, contrariadas, propendem à posição de resistência, que o movimento deflagrado porfia em debelar, para atingir seu objetivo. Nessa conjuntura, parte dos acontecimentos foge ao controle das lideranças, e dos comandos, resultando, por vezes, em atos e fatos discrepantes das linhas e normas desejáveis. A cessação imediata ou retardada desses excessos, após a instauração de uma nova ordem, é que serve para definir os propósitos reais do movimento.<sup>51</sup>

### IMAGEM 01 – NORMAL E HUMANO TRATAMENTO AOS PRÊSOS POLÍTICOS: DENÚNCIAS IMPROCEDENTES

<sup>49</sup> ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Op. Cit. p. 83 & COELHO, Fernando. *Direita volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Op. Cit., p. 443.

<sup>50</sup> ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Op. Cit., p. 94 & COELHO, Fernando. *Direita volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Op. Cit., p. 443. Grifos nossos.

<sup>51</sup> ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Op. Cit., p. 78- 79.



Fonte: Jornal *Diário de Pernambuco*, 09/10/1964, p. 03.

Segundo Moreira Alves, as torturas foram cessadas até o ano seguinte. Pela documentação da CDR, percebemos ser possível esta afirmativa, uma vez que todos os depoimentos em que consta a observação de que fora prestado “sem coação ou violência” datam de junho de 1964. A partir de 1965, localizamos os requerimentos médicos para as presas políticas Célia Lima e Maria Celeste, o que pode indicar uma retomada nas práticas de torturas físicas, sendo que a psicológica nunca teve fim.

Sobre as acomodações da CDR, o relatório afirmou que:

as senhoras **Graciela de Moura Cavalcanti de Melo**, **Maria Celeste Vidal Bastos** e **Naide Regueira Teodósio** e as senhoritas **Eva Lassi Camargo Martins** e **Luíza Arcoverde Cavalcanti**, estavam alojadas em pavimento isolado, de regulares acomodações, recebendo tratamento condigno, o que fizeram questão de afirmar, inclusive quanto à assistência médica, dentária, alimentação e visita de familiares.<sup>52</sup>

Graziela Melo, em seu livro de crônicas, relatou que a cela em que ficaram na Casa de Detenção, tinha um espaço relativo e contava, ainda, com um quintal pequeno, onde havia um pé de cana, cujos ratos escondiam-se. Em virtude disso, ela chegou a escrever um poema, que fala de forma metafórica dos ratos produzidos por batalhões de ‘ratos’ que, para nós, contribui para tentarmos perceber qual o sentimento daquelas mulheres quanto ao cárcere e aos seus algozes:

E ratos  
Diversos  
Um batalhão  
Produzem  
Mais ratos  
No pátio  
Escuro  
Desta prisão  
Que  
Uma prole  
De ratos  
Mais ratos  
Semeia  
Nos muros

<sup>52</sup> ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e Torturados**. Op. Cit., p. 71 & COELHO, Fernando. **Direita volver: o golpe de 1964 em Pernambuco**. Op. Cit., p. 434. Grifos nossos. & DP, 09/10/1964, Primeiro Caderno, p. 03 e Segundo Caderno, p. 02. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

Negros  
Desta cadeia.”<sup>53</sup>

Também através da poesia, Maria Celeste relatou as violências que sofreu durante o período que ficou presa. Em poema intitulado “*Raio Leste*”, em referência à parte do presídio onde situava a cela em que ficou, conta-nos através dos versos:

Atenção!  
cuidado companheiros  
de justiça órfãos,

Aqui é o Raio Leste  
peste,  
escrevo nas trevas  
para causas mortas.

Mortas?

Há treva nas celas  
há treva nos campos  
há treva nas fábricas  
nas mentes doentes  
nas mentes dementes  
nos versos e  
reversos.

A caneta desliza  
ao som do toque marcial:  
Direita, volver!

Estremeço,  
o choque elétrico passeia  
triturando minha carne,  
os nervos.

Êxtase

A ideia sobrevive,  
agríde e  
grava nos olhos dos tiranos,  
por mil anos,  
a imagem do meu corpo  
em chagas vivas.

É tempo dos covardes  
opressores,  
traidores.<sup>54</sup>

A poesia de Maria Celeste é muito intensa. Nela podemos, também, observar a sua militância através dos versos, onde demonstrava grande preocupação social, sobretudo com o Nordeste. Com dois livros publicados e dezesseis cordéis, em seu livro “*Metade Sol Metade Sobra*”, onde ela publicou o poema sobre a sua

<sup>53</sup> MELO, Graziela. **Crônica, contos e poemas**. Op. Cit., p. 47.

<sup>54</sup> VIDAL, Maria Celeste. **Metade Sol metade sombra**. Recife: Ed. Bagaço, 1994, p. 52-53.

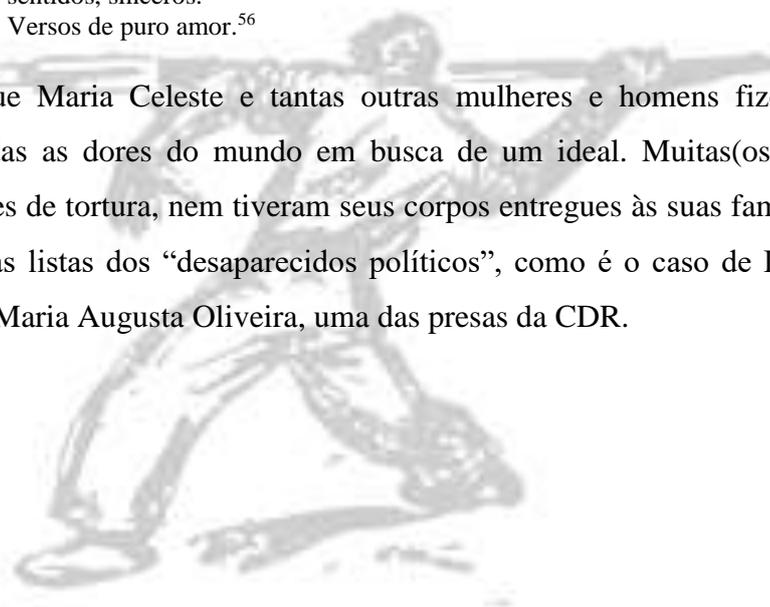
experiência na Casa de Detenção do Recife, estão reunidos seus versos mais politizados. Neste livro, inclusive, estão alguns bilhetes que ela recebeu enquanto esteve detida. Entre eles, destacamos dois: “A senhora não está só. Se lhe torturarem aqui, aviso lá fora”; “Moça, desça não, estão massacrando lá em baixo [sic]”,<sup>55</sup> ambos de um sargento do IV Exército, em maio de 1964.

A convicção ideológica de Maria Celeste fica evidente na seguinte poesia intitulada “*Recado ao pé do coração*” que abre seu livro:

Quis sofrer todas as dores do Mundo  
Para que ninguém mais sofresse.  
Quis chorar todas as lágrimas do Mundo  
Para que ninguém mais chorasse.

Loucura. Sonho. Utopia. Verdade.  
Hoje, passo às suas mãos esses versos, vivos,  
sentidos, sinceros.  
Versos de puro amor.<sup>56</sup>

E foi o que Maria Celeste e tantas outras mulheres e homens fizeram: sofreram na carne todas as dores do mundo em busca de um ideal. Muitas(os) não sobreviveram às sessões de tortura, nem tiveram seus corpos entregues às suas famílias, figurando, até hoje, nas listas dos “desaparecidos políticos”, como é o caso de David Capistrano, esposo de Maria Augusta Oliveira, uma das presas da CDR.



<sup>55</sup> VIDAL, Maria Celeste. **Metade Sol metade sombra**. Op. Cit. Contracapa do livro.

<sup>56</sup> VIDAL, Maria Celeste. **Metade Sol metade sombra**. Op. Cit., p. 05.